

Dinâmica capitalista e crises econômicas: Marx como ponto de partida

Capitalist dynamic and economic crisis: Marxian theory as a point of departure

Flávio Miranda*

Resumo

Uma das questões mais controversas na obra de Marx é o tema das crises econômicas. Devemos reconhecer que o próprio Marx não oferece um tratamento acabado do tema em *O Capital* (o que se justifica pelo escopo do estudo), nem em outros textos (encontram-se indicações importantes nos *Grundrisse* e no *Teorias sobre a Mais-valia*). Contudo, acreditamos que a teoria marxiana corresponda à perspectiva teórica mais profícua para tratar o fenômeno. Tal posição justifica-se pelo fato de que, em Marx, a dinâmica capitalista, isto é, o processo cíclico de acumulação de capital, deriva-se do movimento imanente a este modo de produção. O objetivo deste trabalho é apresentar os aspectos fundamentais da dinâmica cíclica de acumulação de capital, tal qual exposto em *O Capital*, além de indicar o que acreditamos serem os passos necessários entre essa análise geral e o ciclo econômico em suas formas concretas de manifestação.

Palavras-chave: Marx; lei do valor; crises econômicas

Abstract

One of the most controversial themes in Marx's work is economic crisis. It must be recognized that the author has not given in Capital (as is justified by its scope) a definitive approach to it, neither in other writings (though there are important indications in Grundrisse and in Theories of Surplus Value). Nevertheless, we argue that the Marxian theory corresponds to the best theoretical perspective on the phenomenon. Such stand point is justified by the fact that the capitalist dynamic, i.e., the cyclical process of accumulation of capital is derived from the immanent movement of this mode of production. Our aim in this paper is to present the fundamental aspects of capitalist cyclical dynamic, as in Capital, and to indicate what we believe to be the necessary steps between this general analysis and the economic cycle in its concrete modes of manifestation.

Key words: Marx; law of value; economic crisis

* Professor de Economia Política no ITR-UFRRJ e doutorando em economia na UFF. flavioferrei ramiranda@hotmail.com

Uma das questões mais controversas na obra de Marx é o tema das crises econômicas. É muito comum, especialmente entre seus detratores, a ideia de que a *Crítica da Economia Política* concluía pela inevitabilidade da queda do capitalismo (e sua substituição pelo socialismo) a partir de uma crise que resultaria da identificada tendência à queda da taxa de lucro (é essa a caricatura que Thomas Piketty apresenta de Marx em seu *O Capital no Século XXI*). Esse é um determinismo mecânico-economicista absolutamente estranho à obra de Marx. Entre os marxistas, é bastante conhecido o longo debate em torno das causas das crises econômicas¹.

De nossa parte, devemos reconhecer que o próprio Marx não oferece um tratamento acabado do tema em *O Capital* (o que se justifica pelo escopo do estudo), nem em outros textos (encontram-se indicações importantes nos *Grundrisse* e no *Teorias sobre a Mais-valia*). Contudo, acreditamos que a teoria marxiana corresponda à perspectiva teórica mais proffica para tratar o fenômeno. Tal posição justifica-se pelo fato de que, em Marx, a dinâmica capitalista, isto é, o processo cíclico de acumulação de capital, deriva-se do movimento imanente a este modo de produção.

Ademais, se o tratamento das formas concretas de manifestação das crises econômicas envolve algumas mediações teóricas fundamentais entre as leis gerais identificadas por Marx e o nível fenomênico (como apontaremos ao final), é exatamente o grau de generalidade empregado em *O Capital* que confere vitalidade à teoria marxiana diante das especificidades históricas de cada uma das crises cíclicas do capitalismo. O objetivo deste trabalho é apresentar os aspectos fundamentais da dinâmica cíclica de acumulação de capital (portanto, das crises econômicas), tal qual exposto em *O Capital*, além de indicar o que acreditamos serem os passos necessários entre essa análise geral e o ciclo econômico em suas formas concretas de manifestação.

Nesse sentido, defendemos que a análise marxista das crises econômicas não pode contentar-se com a mera aplicação do que teria sido legado por Marx, como parte considerável dos autores que se inscrevem nesse campo teórico (e político) parecem entender – alguns dos quais citados ao longo do texto que segue. Polemizando contra essas leituras, acreditamos que, apesar de possuir um entendimento sobre o fenômeno, Marx não o tratou sistematicamente tendo em vista as questões de método subjacentes à sua teorização sobre as leis gerais do modo de produção capitalista, que ganha forma mais acabada em *O Capital*. Ou seja, é possível (e até mesmo necessário) recorrer-se a Marx para compreender a dinâmica cíclica de acumulação de capital, mas, neste caso, o desafio que se impõe é o de ir além de Marx.

¹ A esse respeito ver Carcanholo (1996), no qual baseiam-se nossos aportes ao debate marxista sobre a causa das crises, incluindo a análise do fenômeno em diferentes níveis, isto é, formas de manifestação, conteúdo e causa.

Questões preliminares

Para começar devemos retornar ao prefácio escrito por Marx à primeira edição de *O Capital*, no qual o autor estabelece de maneira clara o objetivo de seu livro: elucidar as leis, tendências, que conformam o modo de produção capitalista. A este modo de produção, diz Marx, correspondem relações de produção e circulação (Marx, 2013, p. 78). Uma relação social, como é sabido, define-se apenas em seu movimento de constante reprodução (uma relação que não é reproduzida simplesmente deixa de existir) e o método dialético é forma adequada de conferir-lhe expressão teórica, na medida em que o movimento imanente ao objeto em análise apresenta-se como resolução de sua própria constituição internamente contraditória. Pode-se dizer, portanto, que é a própria dinâmica desse modo de produção, o movimento subsumido ao processo de acumulação de capital (a valorização do valor), o objeto de estudo da obra. A lei do valor de Marx é, portanto, a expressão teórica dessa dinâmica própria ao processo de acumulação de capital.

Ainda no mesmo prefácio, Marx anuncia o método a partir do qual pretende atingir seu objetivo (*Ibidem*). Nas ciências naturais, diz Marx, é possível (pelo menos em certas circunstâncias) isolar em laboratório alguns elementos da realidade concreta a fim de se analisar suas determinações principais. No estudo das sociedades, no entanto, esta tarefa cabe à abstração mental. Ademais, se um corpo não revela de imediato suas partes componentes – de maneira que suas determinações próprias aparecem de forma mistificada – importa analisá-lo a partir das células, elucidando-se, desde as determinações mais simples, as cadeias causais que conformam o seu ser-precisamente-assim. No caso da sociedade capitalista, a determinação mais simples, sua célula, é exatamente a forma-mercadoria. A forma do produto na sociedade burguesa revela, em germe, todas as contradições imanentes a esse modo de produção. Parte daí, portanto, a análise que segue, da forma mais simples e abstrata, o caminho das formas mais complexas e mais próximas à constituição concreta do modo de produção capitalista.

Esse método, descrito inicialmente na famosa *Introdução* de 1857 (mais especificamente no fragmento *Método da Economia Política*), pode ser resumido na expressão concreto mediado – abstrato – concreto pensado (ou mediado por abstrações)². Assim, reconhece-se que se todo conhecimento parte das condições

² “O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação. Na primeira via, a representação plena foi volatilizada em uma determinação abstrata; na segunda, as determinações abstratas levam à reprodução do concreto por meio do pensamento. [...] [O] método de ascender do abstrato ao concreto é somente o modo do pensamento de apropriar-se do concreto, de reproduzi-lo como concreto mental. Mas de forma alguma é o processo de gênese do próprio concreto” (Marx, 2011a, pp. 54-55).

concretas da existência, a elucidação de suas conexões causais reais só pode ser feita em abstrato, e o caminho da apreensão das complexas determinações que conformam objeto de estudo deve ser o da contínua “reaproximação” àquelas condições concretas de existência que devem ser explicadas. A capacidade explanatória, isto é, de expor o domínio causal por trás da imediatez dos fenômenos é o critério de cientificidade adotado.

De fato, a escolha do ponto de partida de *O Capital* justifica-se pela constituição própria de uma sociedade na qual a articulação social através do mercado é forma dominante de sociabilidade. A sociedade capitalista é uma sociedade mercantil e, como tal, apresenta-se aos indivíduos como uma sociedade na qual se está irremediavelmente sujeito à dinâmica do mercado. A satisfação das necessidades depende de um ato de compra (D-M) que, por sua vez, deve ser precedido por uma venda (M-D). No entanto, o mero ato de pôr algo para a troca (o “salto mortal da mercadoria”) não garante sua realização.

Para cada indivíduo considerado isoladamente, a articulação social através da troca, o mercado, assume uma feição estranha (ou alienada), portadora de uma dinâmica externa, independente e muitas vezes hostil. Esse caráter estranhado das relações mercantis apresenta-se como uma relação entre coisas que, portanto, parecem dotadas de vida própria. O reflexo no pensamento dessas determinações concretas assume a forma de um fetiche, no qual essa forma historicamente específica de reprodução social apresenta-se como condição eterna e imutável da sociabilidade humana.

Além disso, na própria separação entre as fases que conformam a metamorfose completa de uma mercadoria (M-D e D-M), uma separação na qual uma fase não precisa decorrer imediatamente da outra, contém a possibilidade do estancamento da circulação das mercadorias. Nestas condições está posta, portanto, a possibilidade das crises econômicas. Marx é bastante claro ao afirmar que a conversão dessa possibilidade em realidade envolve passos teóricos que ainda não haviam sido dados até aquele ponto (capítulo 3 de *O Capital*) da análise (*Ibidem*, p. 187).

Assim, a demonstração do caráter necessário das crises econômicas requer a explicitação das tendências subjacentes ao processo de acumulação de capital. Tendências estas que determinam resultados contraditórios entre si, erguendo barreiras à própria acumulação de capital. Convém ressaltar que a dinâmica estranhada do mercado (tratada como fetiche da mercadoria em *O Capital*), e que assume forma (logicamente) mais desenvolvida no movimento do dinheiro (fetiche do dinheiro), é a própria dinâmica da acumulação de capital a que faremos referência a partir de agora: um processo externo, independente e hostil no qual, portanto, o capital aparece como sujeito (fetiche do capital, cuja forma acabada transparece no circuito de acumulação do capital portador de juros, segundo Marx).

Acumulação de capital e crises

É precisamente isso que Marx pretende deixar claro a partir de segunda seção do primeiro livro de *O Capital (A transformação do dinheiro em capital)*. A determinação mercantil do produto, a unidade de valor e valor de uso, é, assim, adequadamente projetada no processo de produção capitalista, como aponta Frederico Mazzucchelli (1985, p. 17). A análise da fórmula geral do capital (D-M-D') revela que a finalidade do processo é a realização da expansão, em si mesma ilimitada, do valor. Deste modo, são as determinações da valorização, da expansão incessante do valor, que regulam o processo produtivo. Pode-se dizer que, neste processo, a lógica do valor domina a do valor de uso, isto é, a da satisfação das necessidades a partir do caráter imediatamente útil da produção. Ademais, o desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo é inteiramente forjado à luz das necessidades do processo de acumulação de capital.

O capital, cada vez mais, se patenteia força social: tem o capitalista por agente e não se relaciona mais com o que pode criar o trabalho de cada indivíduo; mas patenteia-se força social alienada, autônoma, que enfrenta a sociedade como coisa e como poder do capitalista por meio dessa coisa (Marx, 2006, V.4, p. 344).

Em uma sociedade na qual produzir é meio apenas indireto para a satisfação das necessidades imediatamente humanas, isto é, na qual a realização do valor de uso do produto está predicada à realização de seu valor (que inclui seu mais-valor), a produção adquire autonomia relativa com relação às condições de sua realização. Essa autonomia relativa se revela em um necessário descompasso entre a produção e a circulação de valor (e mais-valor)³. As crises representam, duplamente, tanto o ponto alto da contradição entre as condições de produção e realização do valor criado, quanto o momento de reposição das condições necessárias para a acumulação de capital e, portanto, a afirmação da unidade entre a produção e a realização do valor.

Esses desenvolvimentos decorrem das próprias tendências imanentes à acumulação de capital. Notemos que ainda no livro primeiro – após a análise da produção do mais-valor (em forma absoluta e relativa), assim como da remuneração da força de trabalho, ao nível de abstração do capital em geral, considerando-se que todo o valor produzido é efetivamente realizado (sendo vendido exatamente pelo seu valor) e que o excedente é apropriado pelo mesmo capitalista que concorreu para a sua produção (identidade entre produção

³ Em *Teorias Sobre a Mais-Valia*, Marx aponta que a possibilidade das crises, que se evidencia na circulação simples de mercadorias, “queda demonstrada una vez más, y más desarrollada, por la discrepancia entre el proceso de producción (directo) y el proceso de circulación” (Marx, 1975, p. 435).

e apropriação)⁴ –, Marx apresenta uma análise do processo de acumulação de capital que fornece chaves importantes para entender o fenômeno das crises econômicas.

O processo de reprodução capitalista é processo de reprodução das condições para a acumulação de capital: o trabalhador produz constantemente riqueza objetiva na forma de capital, em um processo que produz constantemente a força de trabalho desprovida dos objetos necessários para realizar sua potência subjetiva, isto é, reproduz o trabalhador como trabalhador assalariado⁵. Isso ocorre tanto na forma simples quanto na forma ampliada de reprodução capitalista, como veremos em seguida. É fácil perceber que, tendo em vista que o mote de todo esse movimento é a apropriação de mais-valor, um objetivo em si mesmo ilimitado (mais mais-valor é sempre melhor que menos mais-valor), a forma tipicamente capitalista de reprodução é a ampliada, ou seja, a acumulação de capital propriamente dita (aplicação de mais-valor como capital). O argumento torna-se mais vigoroso quando se passa à análise da interação (concorrência) entre diferentes capitais, uma vez que o tamanho do capital (a escala de produção) é relevante para a aquisição de vantagens competitivas – fazê-lo crescer corresponde a um imperativo.

A concorrência pelo mais-valor produzido, ao menos no que diz respeito aos capitais produtores (isto é, deixando-se de lado as formas de acumular de capital apenas através da circulação de mercadorias e dinheiro), corresponde a um passo necessário para a demonstração da *lei geral da acumulação capitalista*. Esse passo significa uma ruptura, momentânea, com o nível de abstração do capital em geral, expediente que já havia sido adotado na seção sobre o mais-valor relativo, na qual se justificava pela necessidade de apresentar o decréscimo no valor de troca da força de trabalho como resultado necessário do processo de acumulação de capital, tendo em vista a possibilidade da apropriação de um mais-valor extraordinário. A forma como Marx apresenta esse expediente diz muito sobre seu método e sobre a forma como a concorrência é por ele entendida:

⁴ Assim Marx justifica esses pressupostos de trabalho: “De resto, na medida em que se realiza a acumulação, o capitalista consegue vender a mercadoria produzida e reconverter em capital o dinheiro com ela obtido. Além disso, o fracionamento do mais-valor em diversas partes não altera em nada sua natureza, nem as condições necessárias sob as quais ela se converte no elemento da acumulação. Seja qual for a proporção de mais-valor que o produtor capitalista retenha para si mesmo ou ceda a outros, ele sempre será o primeiro a se apropriar dela. O que pressupomos em nossa exposição da acumulação é, pois, aquilo que está pressuposto em seu processo efetivo. Por outro lado, o fracionamento do mais-valor e o movimento mediador da circulação obscurecem a forma básica do processo de acumulação. Sua análise pura, por conseguinte, requer que abstraíamos provisoriamente de todos os fenômenos que ocultam o jogo interno de seu mecanismo” (Marx, 2013, p. 640).

⁵ “Em seu próprio desenrolar, portanto, o processo capitalista de produção reproduz a cisão entre força de trabalho e condições de trabalho. Com isso, ele reproduz e eterniza as condições de exploração do trabalhador. Ele força continuamente o trabalhador a vender sua força de trabalho para viver e capacita continuamente o capitalista a comprá-la para enriquecer” (*Ibidem*, p. 652).

Não nos ocuparemos, por ora, do modo como as leis imanentes da produção capitalista se manifestam no movimento externo dos capitais, impondo-se como leis compulsórias da concorrência e apresentando-se à mente do capitalista individual como a força motriz de suas ações. Porém, esclareçamos de antemão: só é possível uma análise científica da concorrência depois que se apreende a natureza interna do capital, assim como o movimento aparente dos corpos celestes só pode ser compreendido por quem conhece seu movimento real, apesar de sensorialmente imperceptível. No entanto, para que se compreenda a produção do mais-valor relativo com base apenas nos resultados já obtidos, devemos proceder às seguintes observações (*Ibidem*, p. 391).

O aumento na produtividade apresenta-se, na produção de mercadorias em geral (i.e., não apenas para aquelas que formam o valor de troca da força de trabalho), como meio de obtenção de vantagens na luta pela apropriação do mais-valor socialmente produzido. Ser mais produtivo significa produzir mais no mesmo espaço de tempo, o que para um capitalista individual implica produzir sua mercadoria abaixo do tempo de trabalho socialmente necessário. Esse capital pode vender cada mercadoria acima de seu valor unitário, apropriando-se de um mais-valor que é extraordinário por não ter sido produzido pelos trabalhadores que ele próprio empregou. O que temos aí, na verdade, é a transferência do mais-valor produzido pelos capitais menos produtivos (que produzem acima do tempo de trabalho socialmente necessário) para os capitalistas mais produtivos do mesmo ramo de produção.

No que diz respeito à *lei geral da acumulação capitalista*, Marx observa que o grau da produtividade do trabalho expressa-se na quantidade de meios de produção que um trabalhador, em um dado período, transforma em produto, com o mesmo dispêndio de força de trabalho. Nesse caso, há uma mudança na composição técnica do capital (relação entre os meios de produção e quantidade de trabalho necessária para colocá-los em atividade), que se reflete, em grau tendencialmente menor⁶, na composição em valor do capital (relação entre capital constante e variável). Temos, portanto, uma tendência à elevação da composição orgânica do capital (c/v), ou seja, um decréscimo relativo de sua parte variável. Desta forma, a reprodução ampliada do capital engendra a criação da oferta de força de trabalho necessária para sua própria continuidade, chamada, por Marx, de exército industrial de reserva.

⁶ “A razão disso é simplesmente que, com a crescente produtividade do trabalho, não apenas aumenta o volume dos meios de produção por ele utilizados, mas o valor deles diminui em comparação com seu volume” (*Ibidem*, p. 699).

À teoria do empobrecimento relativo da classe trabalhadora – aos trabalhadores se destina parcela decrescente do produto – acrescenta-se a tendência à centralização do capital (chamada de “concentração” na teoria econômica tradicional), dadas as já mencionadas vantagens de escala, o que aumenta e acelera os efeitos da acumulação. Quanto maior um capital, maiores as possibilidades de se aplicar métodos mais produtivos e, portanto, maior a sua contribuição para o decréscimo relativo da demanda por trabalho. Em suma, o processo de acumulação do capital produz constantemente, na proporção de suas forças, uma população trabalhadora relativamente supérflua, ou seja, supérflua com relação ao processo de acumulação de capital, fornecendo material humano necessário a suas subsequentes expansões, ao mesmo tempo em que a competição entre trabalhadores na “ativa” e na “reserva” tem o efeito de pressionar o nível geral dos salários.

No entanto, enquanto o limite para a produção está dado apenas pela capacidade produtiva do capital, as condições de sua realização dependem da capacidade de consumo da sociedade e das relações de troca entre os diferentes capitais. De fato, pode-se demonstrar que o modo de produção capitalista engloba as tendências, contraditórias entre si, a expandir a produção de mercadorias (para realizar o mesmo *quantum* de mais-valor) e, ao mesmo tempo, deprimir as possibilidades de sua realização, tanto no que diz respeito aos artigos de consumo, quanto aos meios de produção. Diante das relações necessariamente antagônicas de distribuição, um subproduto necessário do/ao processo de produção do capital, importantes teóricos marxistas como Rosa Luxemburgo e Paul Sweezy (cf. Carcanholo, 1996), por diferentes meios, chegaram à conclusão de que a causa geral das crises econômicas residiria na tendência à sobreprodução (ou subconsumo) de mercadorias.

De fato, como já afirmamos, as crises econômicas envolvem a não realização de parcela considerável do mais-valor. Ademais, a análise das metamorfoses do capital, na primeira seção do livro II de *O Capital*, revela que o estancamento de uma das fases do processo de acumulação implica não apenas o retardamento de todo o processo para um capital, como o entrelaçamento entre os ciclos de diferentes capitais tem a potencialidade de espalhar indefinidamente essas perturbações. No entanto, devemos nos perguntar se isso esgota o tema das crises econômicas. Afinal, se de fato as crises econômicas caracterizam-se, entre outras coisas, pela impossibilidade da realização de todo o valor produzido, com o acúmulo em estoque de mercadorias invendáveis, esse fenômeno indica a presença da crise, de maneira que não podem constituir a sua causa.

Seguindo-se adiante no argumento de *O Capital*, vemos que após a análise da rotação do capital, Marx debruça-se sobre o processo de reprodução e circulação de todo o capital social. Neste ponto (terceira seção do livro II), o autor adianta sua famosa versão para os esquemas de reprodução, a fim de analisar as

condições de proporcionalidade entre os diferentes setores (departamentos) da economia para demonstrar, segundo acreditamos, a absoluta impossibilidade da reprodução harmônica no modo de produção capitalista. Com teses equivocadas sobre os objetivos desses esquemas de reprodução, interpretando-os como uma teoria para as condições necessárias à ruptura de um equilíbrio (inexistente para Marx) e, portanto, para a crise, autores influentes, como Rudolf Hilferding e Tugán-Baranovsky (cf. Carcanholo, 1996), defenderam as desproporções entre os departamentos de produção como a causa das crises econômicas. A despeito do que acreditamos serem erros de interpretação, notemos que, de fato, se a proporcionalidade é simplesmente impossível de ser atingida tendo em vista as condições gerais do modo de produção capitalista, os problemas para a acumulação de capital advindos da “anarquia da produção” apresentam-se mais agudamente em momentos de crise. Insistimos, contudo: não pode ser essa sua causa, embora seja certamente uma de suas formas de manifestação.

Chegando ao livro III de *O Capital*, importantes passos lógico-categoriais são dados, como a transmutação do mais-valor em lucro (e da taxa de mais-valor – m/v – em taxa de lucro – $m/(c+v)$) e a tendência à formação da taxa média de lucro através da concorrência entre diferentes ramos de produção, na luta pela apropriação de um lucro extraordinário. Essas passagens possibilitam a melhor compreensão do alcance e das consequências das leis imanentes ao processo de acumulação de capital. Como lembra Reinaldo Carcanholo (2013), é apenas no livro III que Marx abandona o pressuposto da identidade entre produção e apropriação do mais-valor. Portanto, somente a partir daí é possível discutir o papel da oferta e da demanda na formação dos preços de mercado, já que ele está relacionado à “diferencial apropriação de valor por parte dos diferentes setores econômicos e das diferentes empresas dentro desses setores” (Carcanholo, 2013, p. 134).

Podemos acrescentar que a contradição entre produção e apropriação do mais-valor (ou seja, a disrupção como elemento inerente à unidade necessária a esses dois polos) é também condição fundamental para a compreensão das crises econômicas. De fato, é no capítulo 15 do referido volume que Marx mais se ocupa do fenômeno. Contudo, a esse respeito, é importante alertar para o caráter fragmentário e inconclusivo do texto, o que acabou servindo de combustível para intensos debates no âmbito do marxismo. Além disso, como aponta Michael Heinrich (1997), partiu de Engels a decisão de reunir algumas notas pouco trabalhadas por Marx em um capítulo que fecha a seção sobre a lei de tendência à queda da taxa de lucro.

A despeito disso, a seção é indispensável para o nosso estudo. Como reconhece Mazzucchelli (1985, p. 36), a tendência à queda da taxa de lucro confirma todas as tendências imanentes ao processo de acumulação de capital expostas até esse ponto da obra. Resultado lógico categorial da lei do valor de Marx, a lei

de tendência à queda da taxa de lucro demonstra o caráter autocontraditório do sistema capitalista, na medida em que seu movimento determina a progressiva redundância do trabalho vivo, negando as condições de valorização do capital⁷ (Mazzucchelli, p. 32). Em termos muito sintéticos, supondo-se constante a taxa de mais-valor, a tendência ao aumento da produtividade e, portanto, da composição orgânica do capital social, conclui-se pela tendência à redução da taxa geral de lucro, uma vez que, nessas condições, a massa de mais-valor produzida (e que será dividida entre os diversos capitais através da concorrência) depende do número de trabalhadores empregados. É importante ressaltar que Marx considerou que as mesmas causas que concorrem para elevar a produtividade do trabalho atuam no sentido de criar forças contrárias à redução da taxa geral de lucro, como por exemplo, o aumento na taxa de mais-valor, o aumento do exército industrial de reserva e o barateamento dos elementos que compõem o capital constante.

Em se tratando de uma lei de tendência, sua validade não depende da ocorrência empírica da redução da taxa de lucro, apresentando-se como uma força que atua constantemente, mesmo quando seu resultado esperado é inibido por forças que atuam em sentido contrário. Em alguns momentos prevalecem as tendências contrárias à queda, em outros não. Essa interação entre tendência e contratendências, pendendo ora para um lado, ora para o outro, obedece ao movimento cíclico do processo de acumulação de capital enquanto totalidade. Em momentos de crise, a tendência à queda manifesta-se com mais força, trazendo a queda da taxa média de lucro como resultado (o que deve se manifestar em maior ou menor grau em grande parte das diversas taxas efetivas de lucro).

Nesse sentido, alguns autores, como Michael Roberts (2009) e Michel Husson (2009), afirmam ser essa a causa geral das crises econômicas em Marx. Contudo, a efetividade empírica da queda da taxa de lucro é antes a consequência da crise, sendo, portanto, mais uma de suas formas de manifestação. Ademais, na medida em que condensa as contradições até então identificadas por Marx, a lei de tendência à queda da taxa de lucro engloba a tendência à superprodução de mercadorias e, conseqüentemente, a complexificação das necessárias desproporções entre os diferentes departamentos de produção. Tal fato poderia levar a se considerar todas essas tendências como, conjuntamente, a causa das crises econômicas, como, por exemplo, Ernest Mandel (1985). Contudo, insistimos que tal abordagem implicaria tão somente na generalização da confusão entre forma de manifestação e causa.

⁷ Como diz Marx nos *Grundrisse*: “Portanto, de acordo com sua natureza, o capital põe um *obstáculo* para o trabalho e a criação de valor que está em contradição com sua tendência de expandi-los contínua e ilimitadamente. E uma vez que tanto põe um obstáculo que lhe é *específico* quanto, por outro lado, avança para além de *todo* obstáculo, o capital é a contradição viva”. (Marx, 2011, p. 345 [grifos no original])

Conteúdo e causa das crises

Carcanholo (1996) aponta para a necessidade de se delimitar precisamente o conteúdo de um fenômeno – não apenas suas possíveis formas de manifestação – para que sua causa possa ser compreendida. Com o que foi visto até aqui é possível afirmar, em alto grau de generalidade, que as contradições imanentes ao processo de acumulação de capital sintetizadas na lei de tendência à queda da taxa de lucro externalizam-se como incapacidade de valorização de parte do capital social. As crises econômicas definem-se como momentos em que essa incapacidade atinge níveis dramáticos, do ponto de vista de seus resultados sociais. Temos, portanto, uma situação de sobreacumulação (ou superprodução) de capital: um excesso de capital com relação às possibilidades de valorização, que se manifesta, necessariamente, na queda da taxa média de lucro e na superprodução de mercadorias, com o conseqüente acúmulo de estoques invendáveis, explicitando pronunciadamente a chamada “anarquia dos mercados”, isto é, as “desproporções” entre os departamentos produtivos. É importante ressaltar que este estado de coisas, na medida em que implica a paralisação e, portanto, a destruição de capital, põe as condições para um novo momento progressivo para a acumulação de capital, com elevação da taxa média de lucro e redução nos estoques dos produtores capitalistas. Essa retomada, por sua vez, engendra as condições para uma nova crise, uma vez que o progresso da acumulação é a afirmação de seu movimento autocontraditório, como vimos.

Essa análise em alto nível de abstração, isto é, prescindindo de vários elementos da realidade material que modificam a manifestação concreta dos fenômenos (a concorrência entre diferentes frações da burguesia, as relações de transferência internacional de mais-valor, o Estado etc.), é capaz, contudo, de demonstrar o caráter cíclico do processo de acumulação de capital como um todo e, portanto, as crises econômicas como um de seus momentos necessários. Para compreender o indutor desse movimento, sua causa, também em alto grau de generalidade, devemos retomar as considerações preliminares que tecemos sobre a concorrência.

Esperamos ter deixado claro, quando tratamos da tendência ao aumento da produtividade, que é através da concorrência que o movimento autocontraditório do processo de acumulação de capital afirma-se como resultado das ações dos diversos capitalistas individualmente considerados. Para cada um destes, o aumento da produtividade, a reprodução ampliada do capital, a tentativa de reduzir os gastos com salários pagando sempre o mínimo possível etc., apresentam-se como necessidades impostas externamente. Nos *Grundrisse*, diz Marx:

(Na *concorrência*, essa tendência interna do capital aparece como uma coerção que lhe é imposta por capital alheio e que o impele para

além da proporção correta com um contínuo “Marche, marche!” [...] Conceitualmente, a *concorrência* nada mais é do que a *natureza interna do capital*, sua determinação essencial, que se manifesta e se realiza como ação recíproca dos vários capitais uns sobre os outros, a tendência interna como necessidade externa.) (O capital existe e só pode existir como muitos capitais e, conseqüentemente, a sua autodeterminação aparece como ação recíproca desses capitais uns sobre os outros) (Marx, 2011, p. 338 [grifos no original]).

A participação ativa na luta pela apropriação da maior parcela possível do mais-valor socialmente produzido é condição necessária, embora não suficiente, para a existência do capitalista enquanto tal. Como visto, a impossibilidade de se acompanhar o progresso na produtividade social do trabalho, a partir de certo ponto (isto é, a partir do momento em que a transferência de mais-valor para os concorrentes mais produtivos leva à impossibilidade de reprodução desse capital), redundando na expropriação do capitalista, com a perda da propriedade sobre seu capital, ou sua completa obsolescência (destruição).

Assim, a busca privada pela sobrevivência do capitalista enquanto tal, ou melhor, pela apropriação da maior parcela do mais-valor produzido (pela maior taxa de lucro, na consciência do capitalista), choca-se com as condições sociais para a valorização do capital. Uma contradição, portanto, entre a ação teleológica do capitalista individual e a síntese social não teleológica desses diversos agires. A lei da tendência à queda da taxa de lucro nos ajuda a entender esse tipo de contradição, já que a busca privada pela maior taxa de lucro (individual) possível acaba levando ao resultado contrário da queda da taxa média de lucro (que se expressa, embora de maneira imperfeita, nas taxas de lucro individuais). Há, portanto, uma contradição entre o ímpeto privado à apropriação do mais-valor e as condições sociais de sua produção e circulação, isto é, entre a ação individual e seu resultado social. Acreditamos que seja precisamente esta contradição a causa para as crises econômicas em geral.

Notemos que a contradição entre a ação individual, que tem em vista a apropriação do mais-valor, e as resultantes condições sociais de sua realização, tem um caráter fundamental, estando contida, em germe, na contradição entre valor e valor de uso. Como vimos acima, a realização das necessidades individuais, quer provenham “do estômago ou da fantasia”, está, por via de regra, indissociavelmente subordinada ao mercado, isto é, à articulação social através da qual todos os indivíduos inseridos na dinâmica mercantil satisfazem suas necessidades. Na separação entre os dois polos constituintes da mercadoria, que implica a separação entre os dois atos antitéticos de sua metamorfose completa, está dada a possibilidade das crises. Estas, portanto, apresentam-se, ao mesmo tempo, como ruptura violenta e reafirmação da unidade entre valor e

valor de uso e, em outro nível analítico, entre produção e apropriação de mais-valor.

Notas conclusivas

Por fim, é muito importante ter absoluta clareza das limitações da análise acima exposta, o que de forma alguma a desqualifica, pelo contrário, reafirma a sua importância. Ao comentar a lei de tendência à queda da taxa de lucro como momento de síntese das contradições imanente ao processo de acumulação de capital em geral, Mazzucchelli adverte:

[...] não se deve supor – por um instante sequer! – que estejamos aqui diante das crises em seu caráter determinado ou “complexamente determinado”. Trata-se apenas de apreender – a nível do “capital em geral” ou do “capital enquanto tal” – o modo pelo qual as contradições imanentes da produção capitalista se exteriorizam e se “resolvem” nas crises. Trata-se, portanto, de uma consideração abstrata das crises, que se opõe a qualquer tentativa de estabelecer uma relação imediata – logo, sem mediações – entre as variações da taxa de mais-valia e da composição orgânica e as “crises reais” (Mazzucchelli, 1985, pp. 40-41).

Já defendemos, ainda que brevemente, ser imprescindível o recurso às abstrações (ancoradas na realidade concreta) para a análise científica que pretende ir além da imagem necessariamente mistificada que os objetos imediatamente projetam de si mesmos. Reafirmamos aqui, contudo, que essas abstrações devem ser avaliadas, segundo a capacidade explanatória, diante dos fenômenos que se propõem a explicar, de maneira que a paulatina aproximação à forma complexa como os fenômenos se manifestam é o caminho lógico-categorial adequado à exposição teórica. Esse é o sentido das seções que seguem à da tendência à queda da taxa de lucro no livro III de *O Capital*. Apesar do seu caráter extremamente fragmentário, desses capítulos podem ser extraídas algumas conclusões extremamente importantes sobre o nosso tema.

Chamamos atenção para a análise das formas de acumulação de capital que não passam pela produção do mais-valor (embora dele se apropriem). No sentido lógico-categorial da obra, trata-se de capitais dialeticamente derivados das formas funcionais que o capital em geral tem de assumir na esfera da circulação, a saber: capital-mercadoria e capital-dinheiro. Desdobram-se daí (insistimos: em termos lógicos), respectivamente, o capital comercial e o capital bancário (síntese dialética do capital de comércio de dinheiro e do capital portador de juros) e fictício (cuja lógica de acumulação tem papel fundamental no capitalismo contemporâneo e em sua crise). O ponto a se considerar é que esse nível da

análise corresponde ao aprofundamento de todas as tendências acima descritas e, portanto, do movimento cíclico do processo de acumulação de capital como um todo. Esses efeitos assumem o caráter de uma maior pujança à acumulação de capital global nos momentos de ascenso cíclico (devido à redução no tempo de rotação do capital e elevação na taxa de lucro). No entanto, a complexificação da contradição entre produção e apropriação do mais-valor (uma vez que esses capitais são remunerados com um mais-valor que eles próprios não podem produzir) implica o aprofundamento também da fase descendente dos ciclos e do potencial destrutivo das crises econômicas.

Contudo, se, ao menos preliminarmente, Marx analisou a concorrência entre diferentes frações da classe capitalista pela apropriação do mais-valor socialmente produzido, não se pode inferir daí que tenha sido esgotada a questão. Michael Heinrich (1997), ao analisar as intervenções diretas de Engels nas notas que foram utilizadas na edição do livro III de *O Capital*, argumenta que Marx estava plenamente consciente disso, como comprova a passagem que segue (transcrição literal do manuscrito deixado por Marx):

O fenômeno analisado neste § requer para seu pleno desenvolvimento o sistema de crédito e a competição no mercado mundial... Essas formas mais definitivas da produção capitalista podem 1) apenas serem apresentadas, contudo, após ter-se entendido a natureza geral do capital, e 2) elas não estão contidas no escopo deste trabalho e pertencem à sua eventual continuação⁸ (Marx, *MEGA II* 4.2, p. 178, apud Heinrich, 1997, p. 462).

Acreditamos que seja esse também o caso do processo cíclico de acumulação de capital. Todos os aspectos determinantes da dinâmica capitalista devem ser considerados na análise, o que inclui não apenas os diversos níveis nos quais se dá a competição pela apropriação do mais-valor, como o papel do Estado nessas disputas. Assim, o tratamento completo de nossa questão requer, entre outras coisas, considerações sobre “a competição no mercado mundial”, isto é, a forma, necessariamente desigual, de atuação da lei do valor na disputa internacional pelo excedente econômico. Como Marx mesmo chamou a atenção, a transferência internacional do mais-valor corresponde a um importante fator contrário à queda da taxa de lucro nos países de maior desenvolvimento da produtividade do trabalho, tendo, portanto, papel fundamental na explicação dos ciclos econômicos. Ademais, a análise completa do “sistema de crédito” deve, entre outras

⁸ Tradução livre de: “The phenomena analysed in this § require for their full development the credit system and competition on the world-market... These more definitive forms of capitalist production can 1) only be presented, however, after the general nature of capital is understood, and 2) they do not come within the scope of this work and belong to its eventual continuation”.

coisas, jogar luz sobre as possíveis formas concretas dessa transferência de mais-valor da periferia para o centro de uma maneira geral e, portanto, para o modo como essas formas se configuram nas diferentes etapas históricas do capitalismo.

Pode-se encontrar nos inúmeros escritos de Marx, a maior parte dos quais manuscritos não publicados durante a vida do autor, importantes indicações sobre a “eventual continuação” de sua teoria sobre o modo de produção capitalista. À guisa de conclusão, queremos apenas ressaltar este aspecto inacabado da obra. Desta forma, a posição marxista diante de cada uma das manifestações históricas das crises econômicas não pode ser nunca a da mera aplicação da teoria legada por Marx. Importa, antes, a análise criteriosa de seu método e a assimilação de suas conquistas teóricas, isto é, apropriar-se da teoria marxiana, para com ela seguir adiante.

Referência

- CARCANHOLO, R. *Capital: essência e aparência*, Volume 2. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- CARCANHOLO, M. D. *Causa e Formas de Manifestação da Crise: uma interpretação do debate marxista*. Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói, 1996.
- HEINRICH, M. *Engels' Edition of the Third Volume of Capital and Marx's Manuscripts*. *Science & Society*, vol. 60, n. 4, pp. 452-456, 1997.
- HUSSON, M. *Crisis de la finanza o crisis del capitalismo?* 2009. [Disponível em: <<http://hussonet.free.fr/denknesp.pdf>>].
- MANDEL, E. *El Capital: cien años de controversia en torno de la obra de Marx*. México D. F.: Siglo Veintiuno Editores, 1985.
- MARX, K., *Teorias Sobre la Plusvalía*, Volume 2. Buenos Aires: Editorial Cartago, 1975.
- _____. *O Capital: crítica da economia política*, 6 volumes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- _____. *O Capital: crítica da economia política*, Livro I. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- _____. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- MAZZUCHELLI, F. *A contradição em processo: O capitalismo e suas crises*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ROBERTS, M. *The Great Recession: profit cycles, economic crisis. A Marxist view*. 2009. [Disponível em: <<http://libcom.org/files/The%20Great%20Recession%20-%20Profit%20cycles,%20economic%20crisis.pdf>>].

Recebido em 04 de novembro de 2014

Aprovado em 07 de janeiro de 2015